

**EUROPA:
DAQUI PARA A FRENTE**

Manuel Lobo Antunes

Portugal assume a presidência da União Europeia (UE) a partir de Julho. Este artigo não pretende fazer uma antevisão do que Portugal conseguirá conquistar mas antes enumerar os desafios a que se propõe. No âmbito das relações externas destacam-se as cimeiras com África e com o Brasil, espelho da sua capacidade em dar um contributo para o diálogo da Europa com o mundo. A negociação do Tratado Constitucional, o processo de adesão da Turquia e a continuação do alargamento a Leste serão vistos como assuntos determinantes para o futuro do projecto europeu. E porque a UE não pode ser apenas um mercado aberto, com políticas comuns, a presidência portuguesa propõe-se reforçar o pilar social da Estratégia de Lisboa para aprofundar a coesão económica.

**EUROPE:
THE WAY FORWARD**

Manuel Lobo Antunes

Next July, Portugal undertakes the Presidency of the European Union. The purpose of this article is to anticipate the main challenges that the Portuguese presidency will face, rather than describing the exact content of its agenda. In the field of external relations, Portugal will try to promote the dialogue between Europe and the wider world through the Africa and Brazil summits. The negotiations of the Constitutional Treaty, Turkey's accession to the EU and the continuous enlargement process will be treated as critical issues to the future of the European project. Since the EU cannot be just a free trade area with a certain number of common policies, the Portuguese presidency is committed to the reinforcement of the social pillar of the Lisbon Strategy, in order to strengthen Europe's economic cohesion.

**QUE FAZER COM A
CONSTITUIÇÃO EUROPEIA?
CENÁRIOS SOBRE
UM NOVO ACORDO
CONSTITUCIONAL**

António Goucha Soares

Os acontecimentos ocorridos durante o processo de ratificação do Tratado Constitucional, em particular, os referendos realizados em França e na Holanda, na Primavera de 2005, introduziram incerteza sobre o *devoir* da chamada Constituição europeia. Parece claro que o tratado que estabelece uma Constituição para a Europa, assinado em Outubro de 2004, dificilmente poderá vigorar na sua versão original. Assumindo que o Tratado Constitucional alcançou consensos importantes entre todos os estados-membros sobre questões fulcrais para o futuro da União, este artigo procura enumerar alguns progressos significativos realizados pelo Tratado Constitucional, bem como reflectir sobre o modo de salvaguardar os ganhos obtidos num enquadramento diferente da Constituição europeia.

WHAT CAN BE SALVAGED FROM THE EUROPEAN CONSTITUTION? SCENERIES FOR A NEW CONSTITUTIONAL AGREEMENT

António Goucha Soares

The events related to the ratification process of the EU constitutional treaty, especially the *referenda* that took place in France and Holland during the spring of 2005, threw some doubts on the evolution of the so-called European constitution. It is now fairly clear that the treaty drafted by the Convention, and signed in October 2004, will not be adopted in its original version. This article adopts the point of view that the constitutional treaty reached important consensus among the several member states regarding some key-questions for the future of Europe, and offers some reflections as to the best way to preserve some of those gains in a different constitutional framework.

DE KOHL A MERKEL: A GRADUAL AFIRMAÇÃO DA ALEMANHA COMO GRANDE POTÊNCIA EURO-ATLÂNTICA

Patricia Daehnhardt

Desde 1990 a Alemanha afirmou-se como grande potência europeia. A recuperação do seu poder na política internacional fez-se através da continuidade do compromisso com instituições europeias e transatlânticas e através do poder normativo alemão. Foi através do poder normativo que a Alemanha consolidou as suas políticas europeia e transatlântica, e foi com base no reconhecimento deste poder como legítimo pelas outras potências que o caminho para uma política externa mais assertiva depois da unificação conseguiu ser suavizado, e aceite pelos restantes estados, dentro de uma ordem internacional constitucional e normativa alargada.

FROM KOHL TO MERKEL: GERMANY'S EMERGENCE AS A GREAT EURO-ATLANTIC POWER

Patricia Daehnhardt

Since 1990 Germany has asserted itself as a great European power. The recovery of power in international politics was done through the continuity of its commitment towards European and transatlantic institutions and through Germany's normative power. This normative power enabled Germany to consolidate its European and transatlantic policies. Because Germany's normative power is recognised by other powers as legitimate, the path towards a more assertive foreign policy was softened, and accepted by other states, within an enlarged constitutional and normative international order.

A EVOLUÇÃO DA POLÍTICA EUROPEIA DE SEGURANÇA E DEFESA DESDE MAASTRICHT

Carlos Martins Branco

Apresentaremos neste texto, de uma forma sucinta, uma evolução cronológica dos acontecimentos mais marcantes do desenvolvimento da Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD); dos problemas do relacionamento da UE com a NATO; e da participação portuguesa na PESD. Argumenta-se depois que para a PESD se poder tornar um instrumento viável de apoio à política externa e de segurança da UE, será necessário encontrar previamente respostas claras a vários problemas, tais como: a coordenação da estrutura institucional e dos processos de planeamento da UE com o dos estados-membros; o desenvolvimento de uma cultura de segurança que tenha em consideração as diferentes abordagens dos estados sobre a projecção de forças; o estabelecimento de relações transatlânticas equilibradas que não questionem a existência da NATO; uma integração tranquila dos novos estados-membros nos mecanismos da UE; e o estabelecimento de outras formas de cooperação em matéria de segurança que não coloquem em causa a PESD.

ESDP SINCE MAASTRICHT

Carlos Martins Branco

The European Security and Defence Policy (ESDP) has brought new challenges for the relations between the European Union (EU) and NATO and also for the member states. Portugal has participated in ESDP since the beginning. In order to become a viable policy, ESDP has to develop an effective coordination between the ESDP planning mechanisms and the member states. It also has to create a strategic culture that brings together different member states views on power projection. ESDP must also refrain from damaging relations with NATO while bringing the EU member states into its own mechanisms.

UM NOVO PARADIGMA EUROPEU NA COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

Luíf Mah

Em Novembro de 2005, a aprovação do «Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento» pelo Conselho dos Representantes dos Governos dos Estados-Membros reunidos no Conselho da União Europeia, pela Comissão Europeia e pelo Parlamento Europeu, veio definir uma nova moldura institucional orientadora para toda a acção da UE na área da cooperação para com os países em desenvolvimento. Entre os principais instrumentos para implementação desta visão está a APD (Ajuda Pública ao Desenvolvimento) concedida pelos estados e agências governamentais europeias. Este artigo analisa precisamente a implementação deste tipo de APD face aos compromissos assumidos na declaração.

A NEW EUROPEAN PARADIGM FOR DEVELOPMENT AID

Luíf Mah

In November 2005, the European Union adopted a new «European Consensus on Development» setting a new institutional framework for EU policies towards developing countries. The principal instruments to implement this new vision include Public Development Aid (APD) from EU member states and agencies. The new APD is evaluated in face of the compromises taken by the 2005 Declaration.

O APOIO AMERICANO À ADEÇÃO DA TURQUIA À UNIÃO EUROPEIA.

UM ESTUDO SOBRE INFLUÊNCIA INTERNACIONAL

Ricardo Borges de Castro

A pesar de a União Europeia (UE) e os Estados Unidos da América (EUA) parecerem partilhar interesses comuns relativamente à Turquia, a capacidade de os EUA influenciarem o processo de adesão da Turquia à UE pode, em certas circunstâncias, ser desafiada e limitada, impedindo Washington de atingir os seus objectivos de política externa. Alguns factores podem explicar este fenómeno: os EUA não são membro da UE; a natureza da relação entre a UE e os EUA inibe o uso de instrumentos coercivos de política externa (privilegiando técnicas de persuasão); a possível ocorrência de um conflito aberto entre interesses externos americanos e europeus; a possível emergência de um conflito entre diferentes interesses da política externa norte-americana; e a forma como Washington implementa e comunica a sua política. Por último, as percepções na Europa sobre os EUA podem ter consequências positivas ou negativas para a política externa americana. Para validar o argumento apresentado, o papel e a importância de cada um dos factores referidos é analisado à luz do apoio americano à Turquia durante as cimeiras da UE de Helsínquia em 1999 e de Copenhaga em 2002.

US SUPPORT FOR TURKEY'S EUROPEAN UNION MEMBERSHIP A STUDY IN INTERNATIONAL INFLUENCE

Ricardo Borges de Castro

In this paper I argue that – even if the European Union and the United States appear to share common interests regarding Turkey – US ability to support Turkey's EU membership may be, at times, challenged and undermined, preventing the United States from accomplishing its goal. One can identify some factors that explain this phenomenon: the United States is not a member of the European Union; the nature of the EU/US relationship inhibits the use of coercive foreign policy instruments, leaving room only for persuasion; the possible emergence of an open conflict between EU and US foreign policy interests; the emergence of conflicts among US interests themselves; and the way in which US policy is implemented and communicated. Finally, EU perceptions of the US may have an effect on US interests and policy outcomes. In order to validate my argument, I study the role and relevance of each one of these factors while analyzing US support for Turkey's EU membership and its possible shortcomings throughout two relevant meetings of the European Union: Helsinki European Council of 1999 and the Copenhagen European Council of 2002.

O 27 DE MAIO ANGOLANO VISTO DE BAIXO

Lara Pawson

Trinta anos volvidos, os acontecimentos do 27 de Maio de 1977 permanecem um assunto altamente melindroso para o regime do MPLA em Angola, e uma memória traumática para os familiares das vítimas da repressão que se abateu sobre os chamados «fraccionistas». Largamente baseado em entrevistas a alguns dos indivíduos que testemunharam e participaram «de baixo» nos eventos de 1977, este artigo questiona muitas das assunções correntes acerca da alegada tentativa de golpe de Estado levada a cabo por Nito Alves e os seus seguidores. Sem negarem as tensões acumuladas no interior do MPLA nos anos que se seguiram à proclamação da independência, muitos desses testemunhos contrariam todavia a interpretação do 27 de Maio como uma tentativa coordenada de assalto ao poder.

THE 27 MAY IN ANGOLA: A VIEW FROM BELOW

Lara Pawson

Thirty years after, the May 27, 1977 coup attempt is still an embarrassing subject for the MPLA regime in Angola. It is also a highly traumatic memory for the families of those hit by the repression against the «fraccionistas» as the Nito Alves MPLA faction is still called by the authorities. The author has interviewed rank and file elements who participated in the events and the present article questions many of the current assumptions about the Nito Alves failed coup. Without trying to deny that tensions were accumulating within the MPLA, many of those testimonies do not view the 27 May as a coordinated takeover strategy.